



POSIÇÃO DA UGT
NO ÂMBITO DA CONSULTA RELATIVA À SUSPENSÃO DOS PRAZOS
DE SOBREVIGÊNCIA QUE CONDUZEM À CADUCIDADE

A UGT regista a entrega, em sede de concertação social, de um novo documento que vem desenvolver a proposta de suspensão dos prazos de sobrevivência das convenções, já referida no documento de 15 de Outubro passado, já apresentada publicamente pelo Governo e já objecto de aprovação na generalidade em Conselho de Ministros.

Esta é uma medida em linha com propostas apresentadas pela UGT e relativamente à qual manifestámos a nossa concordância, atento o facto de contribuir para assegurar um quadro de maior estabilidade e previsibilidade das relações laborais e dos direitos dos trabalhadores, particularmente relevante num contexto de crise e instabilidade e em que, não esqueçamos, os apoios às empresas não podem deixar de ser acompanhados de maiores garantia e protecção dos trabalhadores.

A UGT regista que esta proposta parece não acompanhar integralmente a intenção inicial do Governo, conforme exposta à concertação social, onde se referia a “suspensão da contagem de prazos associados à caducidade e sobrevivência dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho”.

No entanto, ela merece, ainda assim, que a UGT reitere o seu apoio, atendendo nomeadamente aos objectivos prosseguidos e ao facto de uma medida similar, resultante de um acordo tripartido de 2017, ter tido efeitos positivos para os trabalhadores sem quaisquer impactos adversos nas empresas e na economia, permitindo inclusivamente o sempre desejável desenvolvimento da negociação colectiva.

A UGT deve porém lembrar que o envolvimento dos parceiros sociais nesta e noutras medidas relativas às esferas económica, social e laboral se deveria processar de modo diverso do que se operou relativamente a esta e outras propostas do Governo, de forma a garantir um verdadeiro espírito de diálogo social.

Numa nota final, a UGT entende que a legislação que vier a aprovar esta medida deverá conter a possibilidade da sua prorrogação, em função do contexto em que a mesma se colocar e mediante discussão prévia em sede de concertação social.

03-11-2020